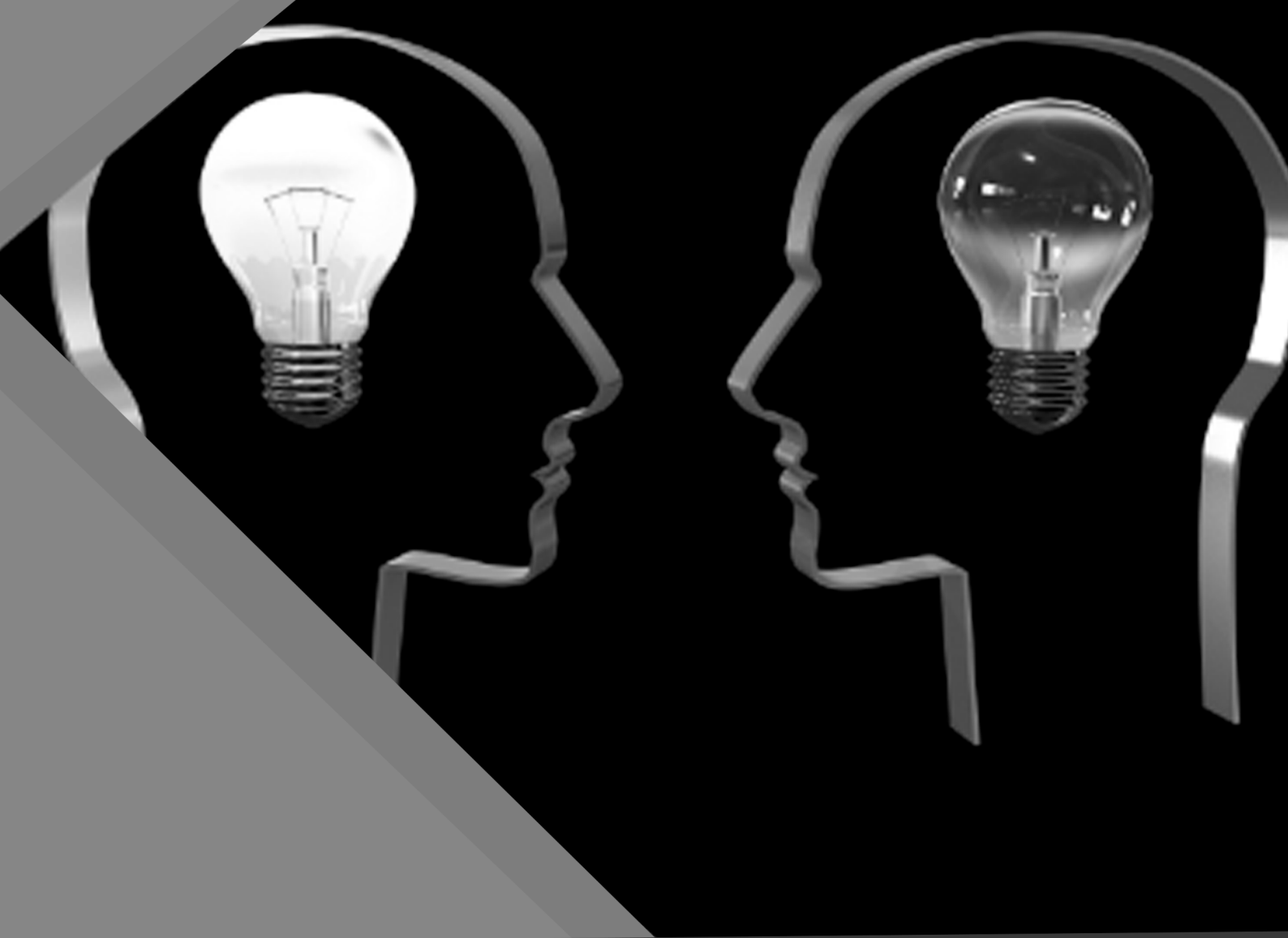




Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

Atena
Editora
Ano 2020



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

ados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D611	<p>Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do E. Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-128-2 DOI 10.22533/at.ed.282202306</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Santo, Janaína de Paula do E.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas se constitui em uma coletânea de artigos preocupada em apresentar e discutir a miríade de possibilidades das humanidades enquanto área de conhecimento. A interdisciplinariedade tem sido uma busca e um alvo constante nas discussões da área, e do processo de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento. Isso está presente na formação da palavra, composta pelo prefixo inter, ou seja, dentro, entre, e a palavra disciplinar, que marca, o sentido pedagógico de um campo ou de uma área de pesquisa. Reconhecer as ciências humanas como um espaço plural e em constante diálogo tem sido um dos desafios dos últimos tempos. Trata-se de um processo dinâmico, que busca a compreensão ampliada dos diferentes saberes.

Neste sentido evocamos a noção de interdisciplinaridade de Weil, D'Ambrosio e Crema (1993) que chamam a atenção para o aspecto de síntese do conceito, e a possibilidade de abarcar, em diálogo, duas ou mais disciplinas, constituindo um discurso em diferentes níveis, que são caracterizados por uma nova linguagem descritiva e novas relações estruturais, nos diversos campos científicos. Ainda neste sentido, mas em um olhar ainda mais abrangente, Lück (1999) aponta que a interdisciplinaridade é um processo que envolve a integração e o engajamento de pesquisadores, num trabalho conjunto. Essa interação visa, especialmente se contrapor à fragmentação do conhecimento em um empenho para alcançar um ambiente de saberes cidadãos, de uma visão mais ampla de mundo, do enfrentamento de problemas complexos, do conhecimento amplo como uma ferramenta de interpretação da realidade, e por consequência, da construção de amplitude nos processos de olhar o mundo.

Há que se caminhar, cada vez mais para a visão de um conhecimento circular e dinâmico, constitutivo e dialógico, de formação de sentidos para a experiência no mundo, no tempo e no espaço, que fortaleçam, demonstrem e explorem, cada dia mais, o impacto da percepção humana no processo de absorção do conhecimento (ou seja, o modo de ver, classificar e elaborar) para além da ideia de uma ferramenta de análise, mas, muito especialmente, como uma forma de estimular o pensamento. Um canal de formação de sentidos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA PRÁXIS EXTENSIONISTA – INDICADORES DE AUTOGESTÃO NA INCUBAÇÃO DO <i>NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA/RS</i>	
Tiago de Garcia Nunes Samantha Vieira Zschornack Diego Rodrigues Gonçalves Solaine Gotardo	
DOI 10.22533/at.ed.2822023061	
CAPÍTULO 2	13
CAMELÔS E PREFEITURA MUNICIPAL: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS NO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.2822023062	
CAPÍTULO 3	26
SOBRE DUALISMOS E COMPLEMENTARIDADES: NA CIÊNCIA, A FLUIDEZ EM PERSPECTIVA	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023063	
CAPÍTULO 4	45
AS CATEGORIAS: REGIÃO, COMUNIDADE E TRADICIONAL NO CONTEXTO HISTÓRICO DO GRUPO SOCIAL DE CANABRAVA	
Letícia Aparecida Rocha Edivaldo Ferreira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023064	
CAPÍTULO 5	59
A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA SEARA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA	
Jessyca Fonseca Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2822023065	
CAPÍTULO 6	71
A MISSÃO FRANCESA: UMA REFLEXÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS <i>ANNALES</i> NO BRASIL NOS ANOS 30	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.2822023066	
CAPÍTULO 7	88
A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272/1273 NA CRÔNICA DE ALFONSO X, O SÁBIO	
Luiz Augusto Oliveira Ribeiro Jaime Estevão dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2822023067	

CAPÍTULO 8	100
DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: DIÁLOGOS EMANCIPATÓRIOS EM PODCAST E VIDEO	
Vera Borges de Sá Isabelle Barbosa da Silva Julianne Ferreira de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.2822023068	
CAPÍTULO 9	111
IDENTIDADE E DIFERENÇA: NOTAS INTERDISCIPLINARES PARA A PESQUISA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	
Diana Cibele de Assis Ferreira Halda Simões Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2822023069	
CAPÍTULO 10	121
POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA: PERCEPÇÕES E DESAFIOS	
César Augusto Fernandes Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230610	
CAPÍTULO 11	136
INVESTIGAÇÃO DO DIMORFISMO SEXUAL EM ESQUELETOS HUMANOS ATRAVÉS DA MEDIÇÃO DOS OSSOS DO QUADRIL	
Ellen Mayara Lima Silva Marcela Martins da Silva Nascimento Taciana Rocha dos Santos Carolina Peixoto Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.28220230611	
CAPÍTULO 12	143
O ETERNO RETORNO DOS MORTOS E DEUSES: UMA LEITURA DO CONCEITO EM <i>ARAWETÉ: OS DEUSES CANIBAIS</i>	
Maria Carolina Moreira Moracci	
DOI 10.22533/at.ed.28220230612	
CAPÍTULO 13	154
LEIBNIZ: UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO, FILÓSOFO, MATEMÁTICO E CRISTÃO ECUMENICO	
Izaías Geraldo de Andrade Maria das Dores Andrade de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.28220230613	
CAPÍTULO 14	167
MEMÓRIA COLETIVA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	
Leila Sala Prates Ferreira Tânia Rocha Andrade Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.28220230614	

CAPÍTULO 15	176
MIGRAÇÕES E MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO	
Allan Rodrigo de Campos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230615	
CAPÍTULO 16	189
MULTIDIMENSÃO DAS DEMÊNCIAS EM IDOSOS	
Márcia de Oliveira Siqueira	
Leonardo Saraiva	
Lia Mara Wibelinger	
DOI 10.22533/at.ed.28220230616	
CAPÍTULO 17	198
OS EFEITOS DO CONSUMISMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS: O DESCARTE DO OUTRO NA MODERNIDADE LÍQUIDA	
Matheus Luiz de Souza Céfaló	
DOI 10.22533/at.ed.28220230617	
CAPÍTULO 18	214
PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO NA ERA DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O PAPEL DA CRÍTICA	
Natália Sant Anna Torres	
DOI 10.22533/at.ed.28220230618	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272/1273 NA CRÔNICA DE ALFONSO X, O SÁBIO

Data de aceite: 17/06/2020

Data da submissão: 06/03/2020

*Parte deste texto foi publicada originalmente nos Anais do X Encontro Internacional de Produção Científica. UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá, 24 a 26 de outubro de 2017. Revisto e ampliado para esta edição.

Luiz Augusto Oliveira Ribeiro

Universidade Estadual de Maringá.

Maringá – Paraná.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4035631192602792>

Jaime Estevão dos Reis

Universidade Estadual de Maringá.

Maringá – Paraná.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0512479141984737>

RESUMO: O objetivo deste texto é discutir a revolta nobiliária ocorrida em 1272/1273 nos reinos de Castela e Leão contra o monarca Alfonso X, o Sábio (1252-1284). Procuramos compreender as motivações da revolta, pautada, sobretudo, na recusa dos nobres em aceitar a nova legislação proposta pelo rei que buscava a centralização do poder em detrimento dos interesses nobiliários. Utilizamos com fonte principal, a *Crônica de*

Alfonso X, escrita por volta do ano de 1344.

PALAVRAS-CHAVE: Nobreza; Rei; Crônica.

THE NOBILIARY REVOLT OF 1272/1273 IN THE CRONICLE OF ALFONSO X, THE LEARNED

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the noble revolt that occurred in 1272/1273 in the kingdoms of Castile and Leon against the monarch Alfonso X, the learned (1252-1284). We sought to understand the motivations of the revolt, based, above all, on the refusal of the nobles to accept the new legislation proposed by the king that sought the centralization of power to the detriment of noble interests. We used the main source, the Chronicle of Alfonso X, written around the year 1344.

KEYWORDS: Nobility; King; Chronicle.

1 | INTRODUÇÃO

A revolta nobiliária de 1272 e 1273 em Castela e Leão acirrou os embates entre a nobreza e Alfonso X (1252-1284). O projeto político centralizador empreendido pelo monarca, atingia diretamente a nobreza, que, desde o início da Reconquista Ibérica havia conquistado, além de privilégios,

direito de ter uma jurisdição própria.

Objetivamos, portanto, compreender o processo de fortalecimento da nobreza castelhana-leonesa, bem como o perfil de rei construído por Alfonso X (1252-1284). O equilíbrio destas duas forças foi comprometido, de um lado, o rei que buscava ampliar seu domínio e, de outro, a nobreza que relutava em abrir mãos dos privilégios e direitos adquiridos.

Durante o reinado de Alfonso X, a relação entre o monarca e a nobreza foi se tornando mais conflituosa, à medida que o rei buscava legitimar o seu poder frente aos nobres mais poderosos de seus reinos. Alfonso X pôs em prática uma legislação que limitava o poder e a influência da nobreza nas decisões reais.

Dessa forma, foi com o *Fuero Real*, código elaborado sob sua supervisão, que Alfonso X tentou empreender a centralização do poder e da jurisdição sobre Castela e Leão. Mas, o rei encontrou resistências por parte dos nobres que, naquele momento, viam sua autonomia jurídica ameaçada e, por consequência, seus direitos e privilégios até então reconhecidos pelos monarcas.

A *Crônica de Alfonso X*, redigida por volta de 1344, por solicitação de Alfonso XI, (1311-1350) seu bisneto, resgata as relações entre o monarca e a nobreza castelhana-leonesa por meio de cartas e documentos. Esta fonte nos permite compreender as razões que levaram ao embate. A correspondência nela contida possibilita a investigação da relação entre o monarca e os nobres rebelados, bem como a forma como se deram os enfrentamentos, as negociações e os acordos firmados.

2 | A CRÔNICA DE ALFONSO X

A principal fonte de nossa análise é a Crônica de Alfonso X, redigida, conforme afirmamos, em 1344 durante o reinado de Alfonso XI. Além de basear-se em outras crônicas escritas durante o reinado do monarca, o cronista incorporou uma extensa documentação relativa à revolta nobiliária de 1272/1273. Além da documentação oficial, ou seja, emitida pela chancelaria de Alfonso X, vários outros documentos como cartas e petições nobiliárias foram incorporados à crônica.

A crônica apresenta a seguinte estrutura:

SEÇÕES	CONTEÚDO
Primeira 1252-1272	Corresponde aos capítulos I ao XIX. Narra o início do reinado de Alfonso X, apesar dos erros cronológicos, o cronista busca mapear a organização política e econômica.
Segunda 1272-1273	Corresponde aos capítulos XX até LVIII. O cronista incorporou ao texto documentos da chancelaria real do processo de negociação dos nobres com o monarca durante a revolta nobiliária é, portanto, a seção mais documentada de todo o texto da <i>Crónica de Alfonso X</i> .
Terceira 1274-1275	Corresponde aos capítulos LIX ao LXIV e, novamente, traz erros cronológicos e informações de itinerários de viagens. O objetivo do cronista foi de apresentar o fim da rebelião dos nobres.
Quarta 1275-1284	Se refere aos capítulos LXV até LXXVIII, narra os feitos de Sancho IV, filho de Alfonso X, o Sábio.

Tabela 1: Estrutura da *Crónica de Alfonso X* segundo Manuel González Jiménez (2000).

As fontes auxiliares são de caráter jurídico, o *Fuero Viejo de Castilla*, *Fuero Juzgo* e *Fuero Real*. Esses códigos demonstram a autonomia jurídica da nobreza, com o *Fuero Viejo de Castilla* como código jurídico local restrito à Castela, seguido pelo *Fuero Juzgo*, a primeira tentativa de Fernando III (1217-1252) de unificação jurídica e o grande projeto de Alfonso X (1252-1284) com o *Fuero Real*. Iniciado por Fernando III, Alfonso X deu continuidade a essa política centralizadora, pelo menos até a eclosão da crise com a nobreza (GERBET, 1997, p.120).

A imposição dos novos códigos centralizadores e a substituição das antigas leis de origem nobiliária provocou o enfrentamento entre o rei e parte da nobreza castelhana. A análise das fontes possibilitou o entendimento das razões que levou à revolta e as dificuldades enfrentadas pelo rei em seu projeto político.

Metodologicamente, as crônicas medievais devem ser analisadas como obras histórico-literárias. Para além dos feitos de “grandes homens”, elas retratam uma sociedade, sua forma de ver e encarar a realidade, seus aspectos sociais, políticos, econômicos e religiosos, e é essa pluralidade de possibilidades que amplia os campos de estudos para quem se debruça sobre tais documentos. Todavia, há que se ter um olhar cuidadoso na investigação das crônicas uma vez que elas podem conter uma intencionalidade não declarada, objeto de análise dos historiadores. De acordo com Maurizio Tulliani,

Para a historiografia moderna seu interesse particular [da crônica] não se estabelece só nos sucessos que se relatam, mas também na forma em que a narração se desenvolve, na maneira de refletir o ambiente cultural em que se escreve, nas ideias políticas e religiosas que constituem o bastidor da obra¹ (TULIANI, 1994, p. 3).

1 “Para la moderna historiografía su particular interés no radica sólo en los sucesos que se relatan, sino también en la forma en que la narración se desarrolla, en la manera de reflejar el ambiente cultural en que se escribe, en las ideas políticas y religiosas que constituyen el trasfondo de la obra” (TULIANI, 1994, p.3).

Segundo Moses Finley (1994), a realização de uma pesquisa histórica exige que o pesquisador leve em consideração alguns elementos fundamentais ao exercício da investigação. Informações acerca do contexto de produção da fonte, da autoria, da tipologia, dos termos, bem como da historiografia relativa ao documento e ao objeto de análise, tornam o trabalho do historiador mais crítico e caracterizam-se como um caminho metodológico necessário para a leitura e análise de fontes, neste caso, inseridas no contexto medieval.

3 | A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272-1273

Alfonso X mostrou-se participativo e interessado nos assuntos do reino desde a juventude, sua formação para ocupar o trono ia muito além da simples formação militar e cristã, abrangia também conhecimentos científicos e literários, pois desde jovem cercou-se de poetas, tradutores e intelectuais. Durante o reinado de Fernando III, seu pai, desempenhou atividades administrativas, militares, além de participar das atividades intelectuais desenvolvidas na corte (REIS, 2007, p.170).

Após a morte de Fernando III em 1252, o então príncipe, foi proclamado rei de Castela e Leão. Na *Crónica de Alfonso X* não há menção à forma como se deu a ascensão ao trono, apenas uma citação breve: “[...] depois que faleceu o santo rei dom Fernando, o primogênito infante Alfonso foi elevado à condição de rei na cidade de Sevilha” (CAX *apud* REIS, 2007, p.74).

A partir de então, Alfonso X dedicou seu reinado à questão intelectual, militar e religiosa, mantendo a política até então proposta por seu pai, de expansão e consolidação do território castelhano-leonês, e de centralização do poder por intermédio da implantação de novos códigos legais.

Em alguns momentos de seu reinado Alfonso X entrou em conflito com a nobreza, especialmente quando se tratava da imposição da nova legislação que previa a substituição dos antigos códigos jurídicos adotados pela nobreza em seus respectivos territórios. Neste contexto, as novas leis criadas pelo rei deveriam ser “entendidas, obedecidas e preservadas”, além de possuírem o dever de ser “benéficas, corretas e verdadeiras” (REIS, 2007, p. 196-197).

Em 1264 as possibilidades de expansão territorial cessaram, pois restava sob o controle dos muçulmanos apenas o reino de Granada. Concomitante, a nobreza castelhano-leonesa compreendeu que a fonte de sua riqueza, condicionada à constante obtenção de terras e favores, havia se esgotado. A interrupção da Reconquista trouxe consigo uma crise econômica e, como consequência, a diminuição das regalias e benefícios da nobreza. (GERBET, 1997, p.121).

Entretanto, os nobres tinham consciência de sua importância política e militar e, frente às ameaças de diminuição do seu poder, decide pelo enfrentamento com o monarca. Deste modo, é uma nobreza unida em torno dos seus ideais que se subleva em 1272. A razão principal eram as mudanças provocadas pelo projeto de unificação jurídica de Alfonso X, mas o cenário econômico e a pressão fiscal que aumentava sobre os nobres também colaboraram

para a sublevação nobiliárquica. Segundo Félix Pérez Algar,

As constantes e enormes despesas que se originaram do Império, em conjunto com as necessárias para combater em Granada, tinham deixado os cofres reais vazios. Alfonso X estava gastando praticamente sem parar desde o momento em que chegou ao tron² (PÉREZ ALGAR, 1997, p.245).

Os problemas econômicos do reino complicavam ainda mais a situação do monarca neste momento. O rei não poderia aumentar os impostos ou desvalorizar os metais das moedas, qualquer uma dessas saídas causava ainda mais problemas com a nobreza local e limitava as negociações políticas frente aos problemas com os nobres. A saída encontrada por Alfonso X foi criar um imposto extraordinário que levaria a pressão fiscal do reino aos limites, mas que viabilizaria a viagem do monarca até o Império, a fim de reclamar o título de imperador do Sacro Império Romano-Germânico.

Neste sentido, as negociações explicitam a necessidade de coexistência das forças que compunham o cenário político durante a Idade Média, por um lado a nobreza que precisa do monarca, em suas instâncias econômicas e sociais e, por outro, o rei Alfonso X (1252 – 1284) que, além de precisar da nobreza para os assuntos econômicos e organização social do reino, neste momento, precisa dos nobres revoltosos para empreender sua ida ao Império.

A relação de interdependência que existia entre a nobreza e o monarca castelhano-leonês impunha às partes certa cautela nas negociações e, garantiu que o monarca se disponibilizasse a negociar com os nobres revoltosos, pelo menos inicialmente.

O casamento infante herdeiro, Fernando de La Cerda; a realização das Cortes de Burgos e, a aprovação de um novo imposto, denominado *servicio*, por volta de 1272, intensificaram os problemas entre o monarca e a nobreza a tal modo que o embate direto foi inevitável.

A relação entre a monarquia e a nobreza nos reinos de Castela e Leão foi estudada por historiadores como Salvador de Moxó, Marie-Claire Gerbet, Pascual Martinez Sopena, Almir Marques Souza Junior, entre outros. Tais autores apontam para questões que ainda carecem de investigação, dadas suas implicações para o entendimento do processo de fortalecimento do poder real que se observa ao longo do século XIII, e, especificamente, durante o reinado de Alfonso X, o Sábio.

Salvador Moxó ao trabalhar com os estudos acerca da nobreza castelhano-leonesa na Idade Média indica que sua formação passou por três fases diferentes: a primeira delas se deu na Alta Idade Média, quando se forma a “primitiva aristocracia”, um pequeno grupo que gradativamente vai se destacando da população livre; a segunda se deu durante Idade Média Central, quando a “velha nobreza” obtém seu estatuto legal e passa a ser reconhecida juridicamente; por fim, na Baixa Idade Média, a nobreza se caracteriza como “nova nobreza” resultante de um processo de renovação nobiliária (MOXÓ, 2000, p. 226-227).

Alguns elementos foram fundamentais para o desenvolvimento da nobreza em sua

² “Los inmensos y constantes gastos que originaba el Imperio, unidos a los necesarios para combatir a Granada, habían dejado vacías las arcas reales. Alfonso X había estado gastando sin parar prácticamente desde el instante en el que llegó al Trono” (PÉREZ ALGAR, 1997, p. 245).

primeira fase, ou seja, a da aristocracia primitiva, dentre eles: o repovoamento, que foi, sem dúvida, um importante elemento para a formação de domínios territoriais e para o fortalecimento econômico e político da aristocracia durante o reinado de Alfonso III (852 - 910); o desenvolvimento das linhagens e a participação da nobreza na administração real. Com o início do processo de Reconquista em 722, manifesta-se a ação política e militar da “nobreza velha” com o objetivo de garantir e aumentar seus direitos jurídicos e seus privilégios. (MOXÓ, 2000, p. 255).

Já o surgimento da “nobreza nova” deveu-se ao declínio político da “velha nobreza”, em função de conflitos políticos e crises econômicas frequentes. Os gastos da longa guerra travada com os muçulmanos eram bancados pelas grandes famílias nobres e o conflito pelo poder levou ao desaparecimento de muitas linhagens antigas. Este novo grupo social era constituído pela família do rei e seus parentes; aqueles que ocupavam cargos administrativos; os cavaleiros e guerreiros (MOXÓ, 2000, p. 284-285).

Entre os séculos X e XII a nobreza emerge como grupo político e militar bastante fortalecido, com importante papel na defesa dos territórios e da sociedade como um todo. À hereditariedade da posição ocupada junto à monarquia, dos cargos e privilégios, soma-se a afirmação do ideal cavaleiresco e a manutenção do seu status social. É a nobreza nova e militarizada que,

[...] se constituiu na classe militar por excelência já que a profissão das armas era considerada enobrecedora. Não há que se esquecer da estreita relação que existiu durante todo o processo medieval entre «cavalaria» e nobreza cujo significado se faz complementar, sobretudo em fins da Idade Média ao considerar que suas origens eram idênticas.³ (GARCIA VERO; CASTRILLO LLAMAS, s.d., p. 23).

Desta maneira, o processo de fortalecimento da nobreza castelhana está intrinsecamente relacionado à questão militar e, por consequência, à Reconquista. Em pouco mais de dois séculos, findando-se em 1264, se recuperou mais de 400.000 km², o que permitiu aos cristãos apoderar-se praticamente de toda a Península, com exceção apenas do pequeno reino de Granada (GERBET, 1997, p. 36). Junto a esse avanço cristão, o fortalecimento da nobreza foi latente e paralelo ao fortalecimento do poder real.

Com a diminuição de atividades do processo de Reconquista⁴, a nobreza viu-se desprovida de sua fonte de enriquecimento e regalias, isto é, a apropriação de parte dos territórios conquistados. De início, Alfonso X (1252 – 1284) tentou remediar a situação, concedendo algumas compensações, como remunerações pelos cargos ocupados na administração,

³[...] se constituyó en la clase militar por excelencia ya que la profesión de las armas se consideraba ennoblecedora. No hay que olvidar la estrecha relación que existió durante todo el período medieval entre «caballería» y nobleza cuyo significado se hace complementario sobre todo a fines de la Edad Media al considerarse que sus Orígenes eran idénticos.” (GARCIA VERO; CASTRILLO LLAMAS, s.d., p. 23).

⁴ Apesar de a Reconquista Ibérica ter sua data final apenas em 1492, com a retomada de Granada pelos cristãos, as atividades de investidas militares diminuem consideravelmente e a nobreza já passa a sentir a perda de poderes e privilégios. Ver: GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XV**. Madrid: Alianza, 1997. p. 36 – 64.

[...] quando a nobreza se levantou contra Alfonso X, em 1272, estava ainda muito longe de ser excluída do poder; o fortalecimento das instituições em benefício do rei não havia perturbado; se adaptava muito bem às tendências absolutistas, sempre e quando este não fora dirigido contra ela nem contra as cidades, e pudera controlá-lo. Contudo, no último decênio do reinado de Alfonso X, se iniciou um período de crise aguda entre os nobres e as cidades, por um lado, e entre estes e o rei por outro⁵. (GERBET, 1997, p. 123).

Assim, a Revolta Nobiliária de 1272/ 1273 registrada na *Crónica de Alfonso X*, mais do que representar um momento de exclusão da força política da nobreza, diz respeito a um embate de duas forças consolidadas e importantes ao contexto medieval castelhano, de um lado a nobreza historicamente fortalecida e apoiada e, por outro, a realeza, que cada vez mais buscava a centralização do poder.

A coesão dos nobres em defesa de seus direitos foi fundamental para o início da revolta. Aos poucos, passaram a angariar apoio de outros monarcas e fortalecer o grupo para enfrentar o rei. Em busca de apoio, os rebelados contataram o rei de Granada, Abu Yusuf, que concordou em ajudá-los. Segundo a *Crónica de Alfonso X*, o rei granadino expressou apoio aos nobres, oferecendo-lhes armamentos, cavalos e até mesmo homens, para enfrentar o monarca castelhano-leonês (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.72).

Conscientes de seu poder, os nobres rebelados buscaram alianças que permitiram consolidar seu movimento contra Alfonso X. Apesar do descontentamento acerca da condução política e econômica do reino, principalmente com os gastos excessivos com o casamento do infante Fernando de La Cerda, o problema era pontual, pois se referia à reforma político-jurídica de Alfonso X.

No primeiro memorial de queixas, os chamados *ricos omnes*⁶ apontam algumas determinações constantes no *Fuero Real*, consideradas prejudiciais por afetarem diretamente seus direitos e privilégios:

[1] Que os foros que o rei [dera a algumas cidades] às quais fidalgos pertenciam, que obrigavam a eles e a seus vassallos por força seguir aquele foro.

[2] E também que o rei não traga para sua Corte *alcades* de Castela que os julgassem.

[3] E a outra razão porque tinham se ofendidos era dos *porfijamientos* que o rei e seus filhos recebiam dos ricos-homens e dos fidalgos, porque ficavam deserddados.

[4] E a outra razão que lhes pedem que os *servicios* que eram outorgados que se recebessem em menos tempo e que lhes desse a confirmação que não mudasse, nem por foro, nem por mais tempo.

[5] E também que ofendiam os fidalgos o valor que davam em Burgos, em impostos.

[6] E a outra queixa que havia era dos *merinos* e dos *cogedores*, que lhes causava muitos prejuízos.

[7] E também que os ricos-homens e fidalgos do reino de Leão e de Galícia, que se

5“[...] cuando la nobleza se alzó contra Alfonso X en 1272 estaba aún muy lejos de ser excluída del poder; el fortalecimiento de las instituciones en beneficio del rey no la habia perturbado; se adaptaba muy bien a las tendencias hacia el absolutismo, siempre y cuando éste no fuera dirigido contra ella ni contra las ciudades, y pudiera controlarlo. Ahora bien, en el último decênio del reinado de Alfonso X se inició un período de crisis aguda entre los nobles y las ciudades, por un lado, y entre éstos y el rey, por outro.” (GERBET, 1997, p.123).

6 *Ricos omnes* é a forma como o cronista se refere, ao longo de todo o texto, ao nobre castelhano-leonês.

ofendiam muito pelas repovações que o rei fazia em algumas terras do reino de Leão e Galícia, e diziam que, por isso, perdiam o que tinham. E que o rei corrigindo essas coisas, que todos lhes serviriam de bom grado⁷ (CAX, 1998, p. 78, 79).

O memorial de petição evidencia o descontentamento dos nobres em relação a algumas imposições do *Fuero Real*, especialmente, a substituição dos chamados *fueros locais*. O novo código acabava com o direito dos nobres de recorrerem à antiga jurisprudência garantida no *Fuero Viejo de Castilla*. Portanto, a disputa na vigência de um ou outro código gerou certo desconforto político em Castela. A centralização proposta por Alfonso X rompia, então, com o equilíbrio das forças visualizadas nesse cenário.

A nobreza castelhano-leonesa exigia que os foros locais fossem mantidos. Apesar de parecer objetivo, o primeiro memorial de queixas dos nobres desmonta todo o cenário político e administrativo construído por Alfonso X ao longo de seu reinado. Além de reivindicar a retomada da autonomia jurídica por parte dos nobres locais, questionava o processo de repovoamento de algumas regiões empreendidos pelo monarca, além de questionar suas reformas administrativas centralizadoras, elegendo pessoas da Coroa de Castela para os cargos de importância local, como os *merinos* e os *cogedores*⁸.

Em meio às reivindicações nobiliárquicas, o monarca assumiu uma postura conciliadora e se dispôs a fazer algumas concessões aos nobres. Em sua resposta, ele confirma todas as concessões e a retomada dos foros locais, revendo as mudanças administrativas propostas pelo *Fuero Real* (CAX, 1998, p. 80-82).

O monarca atendeu as reivindicações dos nobres e avaliou cada um dos pontos do primeiro memorial de queixas. Segundo Ballesteros Beretta (1984, p.574-576), essa atitude de Alfonso X frente as dificuldades com a nobreza, ratifica sua serenidade para resolver os impasses. Apoiou-se no discurso jurídico consolidado, base para refutar e fazer o jogo político em busca da conciliação e da retomada do controle do poder. Pode-se afirmar que o rei Sábio usou da diplomacia e manteve o diálogo para resolver seus negócios internos e recuperar o controle político e econômico da Coroa de Castela.

O primeiro memorial de queixas dos nobres e a resposta do rei frente aos problemas incentivaram os rebelados a investir ainda mais em suas exigências. Percebendo que o monarca estava disposto a negociar, os nobres formularam um segundo memorial, para

7 “[1] Que los fueros quel rey [diera a algunas villas] con que los fijosdal[go comarcauan, que apremia]uan a ellos e [a sus vassallos en guisa que por] fuerça avían de yr aquel fuero. [2] Et otrosy quel rey non traya en su Corte alcaldes de Castilla que los judgasen. [3] E la outra razón por que se tenían por agraviados era de los porfijamientos que el rey e sus fijos recebían de los ricos omnes e de los fijosdalgo, por que fincauan de-seredados. [4] E la otra razón que le pidían que los seruiçios que eran ortorgados que se cogiesen en menos annos e que les diesen carta que gelos non demandasen nin por fuero nin por por más tienpo. [5] Et otrosy que se agraviavan los fijosdalgo del pecho que dauan en Burgos, que dizen alcauala. [6] E la otra querella que avían era de los merinos e de los cogedores, que les fazían muchos dannos. [7] E otrosy que los ricos omnes e fijosdalgo del regno de León et de Gallizia que se agraviauan mucho por las pueblas quel rey fazia en algunas tierras del regno de León e de Gallizia, ca dezían que por esto perdían lo que auían. E que emendando el rey estas cosas, que todos le seruirían de buen talant” (CAX, 1998, p. 78, 79).

8 Os *merinos* e os *cogedores* eram membros da administração local, responsáveis principalmente pela organização do município, com o *Fuero Real* esses cargos passaram a ser indicações do monarca e, portanto, a Coroa de Castela enquanto instituição estava ainda mais presente nos domínios dos nobres, cercando seu poder local.

ampliar ainda mais as concessões por parte do rei. Nesse momento, as reivindicações nobiliárquicas seguem o mesmo padrão das anteriores, pois os revoltosos voltam a exigir do monarca a supressão do *Fuero Real*.

Segundo o cronista,

[1] Que ninguém tivesse o poder de julgá-los senão um fidalgo, e para isso, que houvesse dois *alcades* fidalgos na corte do rei.

[2] E também as repovações que ele havia mandando fazer em Castela, que as mandasse desfazer.

[3] E porque o rei tinha colocados seus *merinos* nos meirinhados de Castela e de Leão fazendo justiça, pediram-lhe que tirasse os *merinos* e colocasse *adelantados*⁹.

[4] E também pediram que deixasse [de cobrar] os impostos das coisas/mercadorias que chegavam traziam para o reino.

[5] E que mandasse que não recolhesse os *servicios* dos seus vassalos.

[6] E também dom Lope Díaz e dom Ferrant Ruyz e dom Diego López pediram que lhes mandassem devolver [as cidades de] *Vrdunna e Valmazedá*, que diziam que era sua herança¹⁰ (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.86-88, grifos nossos).

Depreendemos da leitura da *Crónica* que as demandas cercam os grandes temas do direito e da questão fiscal do reino. A busca pela nulidade do *Fuero Real*, principalmente no que diz respeito aos direitos dos nobres, continuou sendo a peça fundamental das reivindicações. Alfonso X, ainda em busca de uma solução para o enfrentamento com a nobreza, convoca os nobres para a Corte de Burgos e responde direta e contundentemente às questões recebidas.

A segunda resposta do monarca expressa o fim de sua tolerância com a revolta dos nobres. Se, no primeiro memorial, o rei abriu mão de diversas exigências, neste, ele confirma não só seu papel como centralizador, deixando claro que os nobres estavam rompendo os seus laços de fidelidade, portanto, não mereciam mais confiança. Esse posicionamento mais firme foi um sinal do que estaria por vir: o rompimento das negociações (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p. 108-109).

Na carta dirigida ao infante dom Felipe e a todos os demais nobres (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p. 94-96), Alfonso X não só rememorou a solicitação de ajuda aos nobres na fronteira que lhe foi negada e, com base no *Fuero de Castilla*, declarou a infidelidade dos nobres para com seu suserano. Conforme o fragmento da *Crónica*,

E também manda dizer que vós sabeis como é o foro de Castela e de Leão [e] que quando algum fidalgo fizer algum malfeito e roubar alimento como não se deve que seja obrigado

9 Funcionários nomeados pelo rei com atribuições militares, judiciais e políticas.

10 “[1] Que ninguno non ouiese poder de los juzgar si non omne fijosdalgo, et para esto que ouiese dos alcaldes fojosdalgo en la corte del rey. [2] Et otrosí las pueblas qué auía mandado fazer en Castilla, que las mandase desfazer. [3] Et porque el rey tenía puestos sus merinos en las merindades de Castilla e de León que fazían justiça, pidiéronle que tiras elos merinos e pusiese adelantados. [4] Et otrosí le pidieron que dexase los diemos de los puertos que mandaua tomar dellas (*sic*) cosas que trayan al reyno. [5] E que mandasse que non cogiesen los seruiçios en sus vassalos. [6] Et otrosí don Lope Díaz e don Ferrant Ruyz e don Diego López pidiéronle que les mandasse entregar Vrdunna e Valmazedá, que dezían que era su hereditat” (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.86-88).

a responder perante o rei e seus *alcades*. E vós sabeis quantos roubos, usurpações e maldades fizeram na terra. E o rei manda dizer que vos dará fiadores para pagar os malfeitos que fizestes¹¹ (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p. 95).

Após a recusa por parte do rei em negociar diretamente com os revoltosos, nomeou a rainha, dona Violante e o infante herdeiro Fernando de La Cerda, para a continuação das negociações a fim de encontrar as soluções aos problemas e terminar com a revolta, permitindo que voltassem para suas terras, reestabelecendo, assim, a aliança por meio da vassalagem.

Dessa forma, a primeira carta direcionada ao rei, apresentada pela comissão, diz respeito ao interesse dos nobres. A Comissão liderada pela rainha, demanda a Alfonso X que retome os foros do tempo de Fernando III e que pague o que deve aos nobres, e que também devolva a dom Felipe sua herança, para que, em meio a algumas concessões, os líderes da revolta possam reaver o apoio de seus homens para a ida do monarca ao Império (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.115-116). A postura assumida pela comissão nomeada pelo rei esteve alinhada à vontade dos rebelados, sem questionar ou impor condições aos nobres.

A reivindicação dos nobres suprimia todos os foros centralizadores e exigia que o monarca retomasse a antiga reorganização do reino. Desta vez, mais diretamente, os nobres abrem a petição exigindo que Alfonso X conceda todos os foros anteriores ao *Fuero Real* e suspenda os impostos, mencionados na pressão fiscal (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.117-118).

Estes aspectos relacionados no memorial de queixas evidenciam o peso dos impostos e os problemas financeiros do reino. No entanto, em uma análise da documentação, entendemos que a grande questão motivadora da revolta foi, sem dúvida, a imposição do *Fuero Real*. Cansado das negociações, o monarca estava propenso a rejeitar todos os pedidos dos nobres revoltosos que, diretamente, atacavam a sua política em todas as instâncias. Alfonso X, no entanto, foi pressionado por aqueles que o cercavam, principalmente, pela Comissão de negociação que estava disposta a colocar fim à disputa, levando-o a acatar as reivindicações quase em sua totalidade (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2004, p. 261).

O cronista transcreve a resposta dada pela Comissão da rainha Violante aos nobres em nome do monarca, e confirma todas as concessões feitas por ele. Reafirmamos que o principal ponto de descontentamento da nobreza foi a questão jurídica cedida pelo monarca para retomar os antigos foros (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.120-121).

A terceira fase das negociações explicita a necessidade de coexistência das forças que compunham o cenário político. Por um lado, a nobreza precisa do monarca em suas instâncias econômicas e sociais. Por outro, o rei, além de necessitar do apoio da nobreza para os assuntos econômicos e a organização social do reino, naquele momento,

11 “Et otrosí vos enbía dezir que sabedes cómmo es fuero de Castilla e de León que quando algunt fijodalgo feziere alguna malfetría e tomare vianda commo non deue, que sea tenuto de conplir de derecho ante el rey o ante sus alcaldes. Et vos sabedes cuántos robos e tomas e males avedes fecho en la tierra. Enbíavos el rey mandar que le vayades dar fiadores para pagar las malfetrías que fizistes” (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.95).

precisa contar com os revoltosos para empreender sua ida ao Império, onde pretendia se candidatar ao título de Imperador. Mesmo com as concessões do rei, a nobreza continuava a exigir do monarca novas reivindicações. Em meio a esse complexo cenário de enfrentamentos não só com a nobreza, mas, também com os muçulmanos, Alfonso X convoca o *ayuntamiento*¹² de Almagro¹³, a fim de encerrar as discussões com os nobres e estabelecer uma trégua com o rei granadino (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2004, p.262-263).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolta nobiliária de 1272/1273 evidenciou o conflito entre o rei Alfonso X, o Sábio e a nobreza castelhana-leonesa. Os motivos foram a imposição de novos códigos jurídicos que objetivavam o fortalecimento do poder do rei em detrimento dos privilégios que os antigos códigos jurídicos garantiam à nobreza. Tais privilégios e poder político foram conquistados ao longo do processo da Reconquista, cujo início data de 722, quando se deu a primeira batalha contra os muçulmanos, a de Covadonga.

O projeto alfonsino de centralização do poder foi, de certo modo, interrompido devido à necessidade do monarca de contar com o apoio da nobreza à sua candidatura ao trono do Sacro Império Romano-Germânico. Após um longo período de enfrentamentos, os representantes do monarca conseguiram selar um acordo que pôs fim ao conflito e que reestabelecia os antigos foros nobiliários e garantia à nobreza a manutenção dos seus poderes e privilégios.

A centralização do poder proposta por Alfonso X seria posta em prática efetivamente no século XIV, por seu bisneto Alfonso XI (1311-1350), o mesmo que mandou redigir a *Crônica de Alfonso X*, fonte desta principal deste estudo. Em seu reinado, foi finalmente posto em prática o grande código jurídico idealizado por Alfonso X, *Las Siete Partidas*. Resultado do esforço centralizador empreendido pelo monarca, que se iniciou com o *Fuero Real*, motivador da revolta da nobreza em 1272/1273.

REFERÊNCIAS

CRÓNICA DE Alfonso X. (Ed.). Manuel González Jiménez. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998.

FINLEY, Moses. **História Antiga: Testemunhos e Modelos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FUNES, Leonardo. Las Crónicas como objeto de estudio. **Revista de poética medieval**, 1, pp. 123-144, Buenos Aires: 1997. Disponível em: <<http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/4285/Las%20Cr%C3%B3nicas%20como%20Objeto%20de%20Estudio.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 19/04/2014.

12 O *ayuntamiento* funcionava como uma espécie de reunião, pela qual buscava-se resolver determinados assuntos. O *ayuntamiento* de Almagro aconteceu em meio às negociações com os revoltosos a fim de resolver os problemas e retomar as alianças. Almagro foi escolhida por ser uma região um pouco mais isolada e, portanto, não sofrer tanta pressão social.

13 Não se sabe com precisão da data em que aconteceu a Reunião de Almagro, Manuel González Jiménez (1998) na nota de rodapé 198 de sua edição da Crônica de Alfonso X, aponta que possivelmente se deu entre Fevereiro e Março de 1273. Ver: CRÓNICA DE Alfonso X. (Ed.). Manuel González Jiménez. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998, p. 134-135.

GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media**: siglos XI-XV. Madrid: Alianza, 1997.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. **Una nueva edición de la Crónica de Alfonso X**. 2000. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_2000_num_23_1_918>. Acessado em: 21/12/2012.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. **Alfonso X el Sabio**. Barcelona: Ariel, 2004.

MOXÓ, S. **Feudalismo, señorío y nobleza en la Castilla medieval**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000.

PÉREZ ALGAR, F. **Alfonso X, el Sabio**. Madrid: Studium Generalis, 1997.

REIS, Jaime Estevão dos. **Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252 – 1284)**. Tese de doutorado. Assis, 2007.

TULIANI, Maurizio. **La idea de Reconquista en un manuscrito de la Crónica General de Alfonso X el Sabio**. Stud. Hist., H^a mediev., 12, 1994, pp.3-23. Disponível em: <http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/69793/1/La_idea_de_Reconquista_en_un_manuscrito_.pdf>. Acessado: 01/01/2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Annales 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86

Antropologia 29, 46, 61, 76, 77, 83, 85, 112, 119, 120, 124, 133, 134, 136, 137, 143, 153, 160, 163, 166, 196

Araweté 11, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

C

Camelôs 13, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25

Cidadania 69, 100, 102, 103, 104, 110, 121, 127, 130, 184

Ciência 26, 27, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 100, 113, 118, 154, 157, 158, 163, 165, 180

Complementaridades 26, 36, 150

Comunidade 1, 3, 5, 10, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 73, 74, 75, 101, 118, 125, 126, 130, 133, 210, 217

Conflitos 4, 19, 45, 47, 48, 51, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 93, 113, 132, 154, 217

Conhecimentos 9, 1, 2, 10, 26, 29, 30, 48, 52, 53, 91, 123, 126, 131, 137, 163, 173, 210

Crônica 88, 89, 90, 98, 191

D

Deleuze 143, 145, 146, 147, 152

Democratização 100, 104

Desenvolvimento 3, 6, 9, 17, 29, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 65, 70, 92, 93, 105, 108, 109, 110, 114, 118, 123, 126, 127, 133, 171, 184, 191, 208, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 223, 224

Diálogo 9, 26, 29, 30, 43, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 95, 103, 108, 109, 113, 127

Dicotomias 26, 33, 38, 41

E

Economia Solidária 1, 5, 6, 8, 130

Educação 45, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 131, 134, 175, 207, 212, 227

Elementos 1, 3, 7, 8, 14, 15, 18, 19, 34, 36, 37, 46, 57, 66, 74, 82, 91, 92, 101, 112, 115, 124, 130, 161, 165, 166, 170, 198, 216

Etnocentrismo 71, 80

Extensão universitária 1, 6, 7, 9

F

Feira de Santana 13, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25

H

Habilidades 61, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 210, 220

I

Identidade 58, 75, 86, 111, 119, 120, 150

M

Mediação 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 162

Memória 4, 35, 56, 72, 123, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Missão francesa 71, 79, 80, 81, 82, 87

Mulher 54, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 185, 191

N

Nação 71, 72, 73, 74, 75, 159, 164, 176, 184, 204

Nobreza 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

O

Ossos Pélvicos 137

P

Pesquisa-ação 1, 2, 5, 104

Podcast 100, 104, 106, 110

Políticas públicas 56, 66, 121, 123, 126, 127, 128, 132, 133, 135

Povos indígenas 47, 57, 111, 112, 118, 148

Q

Quilombola 118, 119, 121, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 134

R

Região 5, 17, 20, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 56, 57, 78, 82, 98, 130, 132, 136, 195

Rei 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 160, 162

S

Sexo 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 168, 185, 186

Sistemas complexos 26, 27, 37, 40, 42, 114

T

Terra 47, 48, 50, 51, 52, 55, 66, 80, 81, 97, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 134, 147, 148, 149, 179, 180, 181, 183

Territorialidades 13, 14, 15, 56, 57

Trabalho 9, 12, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 47, 48, 50, 53, 54, 57, 61, 62, 66, 82, 83, 91, 102, 108, 119, 121, 123, 124, 125, 132, 134, 144, 167, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 201, 205, 208, 210, 216, 219, 221, 224

U

USP 25, 44, 57, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 153

V

Viabilidade 8, 59, 63, 66, 70

Vídeo 100, 104, 106, 107, 108, 109

Violência 51, 117, 123, 167, 168, 169, 167, 170, 171, 173, 174, 175, 184, 185

Viveiros de Castro 143, 144, 147, 148, 150, 151

 **Atena**
Publisher
2 0 2 0